

Há uma década e meia surgia a primeira agência reguladora – a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), criada em 1996 – abrindo caminho para uma premissa até então inovadora da Administração Pública: fiscalizar, dentro de padrões mínimos de independência política, a prestação de serviços em segmentos da economia nos quais repousava o desenvolvimento e a modernização do Brasil. Quinze anos depois, o país avançou na monitoração de setores que vão dos combustíveis ao cinema, da saúde complementar ao gerenciamento dos recursos hídricos, da aviação civil às telecomunicações.

No entanto, a regulação de mercados está distante de ser considerado um tema pacificado. As agências têm relegado ao segundo plano justamente a mais vulnerável das partes envolvidas nos setores monitorados: o consumidor. Igualmente condenável é a chamada ‘captura’, na qual postos-chaves dessas autarquias são ocupados por representantes egressos do mercado, contaminando e comprometendo a isenção de seus trabalhos. Por fim, é necessária a adoção de mecanismos que confirmem autonomia financeira às agências, protegendo-as dos constantes contingenciamentos de recursos orçamentários que minam a eficácia de seus trabalhos.

É exatamente esse o objetivo do presente Seminário: refletir sobre aspectos positivos e negativos da regulação dos mercados, levando em consideração as lições aprendidas. O desafio, passados quinze anos, é garantir não apenas a isenção e a eficiência das agências reguladoras, mas também a observância de uma tendência há muito consolidada e sobre a qual não se admitem retrocessos: o respeito e a proteção ao consumidor brasileiro.

s e m i n á r i o

O Papel das Agências Reguladoras

Comissão de Defesa do Consumidor

Telefones: (61) 3216.6921 / 6922

Email: cdc.decom@camara.gov.br





Programação

26 de outubro, quarta-feira, das 9 às 13 horas
Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados



1ª MESA

Histórico, lições e papel das agências reguladoras no mundo

Coordenador: Deputado Roberto Santiago

Debatedores:

- **Haroldo Lima**
Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
- **Ricardo Morishita**
Professor da Fundação Getúlio Vargas
- **Adalberto Santos de Vasconcelos**
Titular da 1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União – SEFID-1/TCU
- **Paulo Rodrigues Mendes**
Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras - ANER
- **Alexandre Gomide**
Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA
- **Representante do Ministério Público Federal**

2ª MESA

A Lei das agências PL 3337/2004 Limites, avanços e perspectivas

Coordenador: Deputado Chico Lopes

Debatedores:

- **Luiz Alberto dos Santos**
Coordenador do Comitê Gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PROREG
- **Nelson Hubner**
Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
- **Maurício de Albuquerque Wanderley**
Titular da 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União – SEFID-2/TCU
- **João Maria Medeiros de Oliveira**
Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências
- **Representante do Ministério Público Federal**

“ Passados quinze anos, nosso desafio é garantir não apenas a isenção e a eficiência das agências reguladoras, mas também a observância de uma tendência há muito consolidada e sobre a qual não se admitem retrocessos: o respeito e a proteção ao consumidor brasileiro. ”

Deputado Roberto Santiago (PV/SP)

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

“ A sociedade reclama discussão e redefinição do papel das agências reguladoras no Brasil. Nascidas no contexto de desestatização, sob o discurso liberal do Estado mínimo, as agências teriam o papel de garantir o equilíbrio entre diferentes atores na prestação de serviços essenciais. Atualmente, porém, tanto os consumidores se sentem desassistidos quanto as agências deixam, muitas vezes, de cumprir um papel maior, como fomentadoras do desenvolvimento. Para mudar essa realidade, esperamos uma grande e representativa participação no seminário do dia 26 de outubro, na Câmara dos Deputados. ”

Deputado Chico Lopes (PCdoB/CE)

Autor do requerimento do Seminário